

Introdução

Sérgio Haddad *

OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Os estudos de tipo estado da arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. O objetivo do presente trabalho é detectar e discutir os temas emergentes da pesquisa em Educação de Jovens e Adultos no Brasil, atualizando para o período 1986-1998 as indicações do conjunto de estudos que compuseram um estado da arte nesta área para o período 1975-1985 (Haddad, 1987; Haddad, Freitas, 1988; Haddad, Siqueira, 1986, 1988; Haddad, Siqueira, Freitas, 1987, 1989a, 1989b; Ribeiro, V. M. M., 1992).

Da mesma forma que o estudo concluído em 1988, este estado do conhecimento se refere à produção acadêmica discente dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, expressa em teses de doutoramento e dissertações de mestrado. O levantamento e a análise não compreenderam, portanto, a produção dos docentes pesquisadores ou aquela realizada em outras instituições que não as universitárias. A pesquisa só foi sistemática e exaustiva nos programas de pós-graduação em Educação, ainda que tenha capturado incidentalmente teses e dissertações elaboradas em outros programas, como os de Linguística, Psicologia, Serviço Social ou Sociologia.

O levantamento, inicialmente, foi extensivo, compreendendo não só a produção acadêmica *stricto sensu*, mas toda sorte de publicações, inclusive documentos de órgãos públicos de Educação e de organizações não-governamentais.¹ Entre diversas outras fontes, foram consultados os catálogos de teses em Educação de 1985 a 1994 e o CD-ROM ANPEd (1999) produzidos pela Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) – que trazem a produção de teses e dissertações de 34 instituições que mantêm programas de pós-graduação em Educação -, 98 coleções de periódicos nacionais e os anais dos três principais eventos da área.² Mediante esses procedimentos, apuraram-se mais de 1.300 títulos produzidos no período de 1986 a 1998. Verifica-se que quase 33% da produção de conhecimento se expressam em artigos de periódicos e números especiais de periódicos, enquanto as teses e dissertações representam aproximadamente 9,5% da produção total. Os livros ou publicações seriadas do período representam apenas 7,93% da produção, o que revela o escasso desenvolvimento editorial da área temática.

* Coordenador – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

¹ Esse levantamento corresponde à primeira etapa de um dos subprojetos integrados à pesquisa *Juventude e escolarização: uma análise da produção de conhecimentos*, coordenada pelos Profs. Drs. Marília Pontes Sposito e Sérgio Haddad, envolvendo a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação –, com o apoio do CNPq e da Fapesp.

² Foram pesquisados os anais das Reuniões Anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e das CBEs (Conferências Brasileiras de Educação) realizadas no período.

Todo esse material foi processado por bolsistas de iniciação e aperfeiçoamento científico (sob orientação e supervisão do Serviço de Informação e Documentação da Ação Educativa) em uma base de dados desenvolvida com o *software* MicroIstis. Esta base de dados contém as referências bibliográficas, um extenso conjunto de descritores consolidados em um tesouro específico da área - desenvolvido pelo Serviço de Informação e Documentação da Ação Educativa - e os resumos dos documentos, que podem ser consultados através da base de dados disponível no site <www.acaoeducativa.org>.

O presente relatório não incide sobre a produção de conhecimentos total processada – embora o levantamento e a base de dados bibliográficos permitam esse nível de análise –, tarefa esta pendente para que se possa realizar um balanço mais abrangente do conhecimento acumulado com relação à Educação de Jovens e Adultos no Brasil em período recente.

O campo teórico e prático da educação de jovens e adultos é vasto e mantém numerosas interfaces com temas correlatos. Para efeito do levantamento, foram considerados os estudos relativos à educação formal ou informal, escolar e extra-escolar, o que nos levou a contemplar não só os textos que tratam dos processos de escolarização básica (aí incluídos os subtemas da alfabetização, ensino supletivo, ensino noturno e teleducação), como o tema conexo da educação popular, incluindo diversos de seus componentes (educação política, sindical, comunitária, etc.). A pesquisa compreendeu trabalhos que abordam as concepções, metodologias e práticas de educação de pessoas jovens e adultas, envolvendo questões relativas à Psicologia da Educação, à formação dos educadores, ao currículo e ao ensino e aprendizagem das disciplinas que o compõem. Já que a educação de jovens e adultos freqüentemente reconhece o educando como trabalhador e remete às relações com o mundo do trabalho, foram considerados também estudos relacionados a essa temática.

A DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DISCENTE NO TEMPO

Entre 1986 e 1998, foram defendidas 222 teses e dissertações acadêmicas. Há claro predomínio das dissertações de mestrado, que constituem 91% da produção, enquanto as teses de doutoramento representam apenas 9% do total (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição da produção acadêmica na série histórica 1986-1998

ANOS	DISSERTAÇÕES		TESSES		TOTAL	
	Nº	% SÉRIE	Nº	% SÉRIE	Nº	% SÉRIE
1986	7	3,15	1	0,45	8	3,60
1987	18	8,11	0	0,00	18	8,11
1988	13	5,86	0	0,00	13	5,86
1989	13	5,86	2	0,90	15	6,76
1990	19	8,56	0	0,00	19	8,56
1991	17	7,66	2	0,90	19	8,56
1992	19	8,56	2	0,90	21	9,46
1993	14	6,31	1	0,45	15	6,76
1994	21	9,46	2	0,90	23	10,36
1995	14	6,31	7	3,15	21	9,46
1996	20	9,00	0	0,00	20	9,00
1997	11	4,95	0	0,00	11	4,95
1998	16	7,21	3	1,35	19	8,56
TOTAL	202	91,00	20	9,00	222	100,00

A distribuição dessa produção indica uma média anual de pouco mais de 17 teses ou dissertações. A produção acadêmica é mais numerosa em 1994 (10,36% do total) e menos numerosa em 1986 (3,60%) e 1997 (4,95%). Os anos de 1995 e 1998 foram os mais fecundos para o doutoramento, anos em que foram computados, respectivamente, 35% e 15% das teses defendidas na década.

A PARTICIPAÇÃO DO TEMA NO TOTAL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DISCENTE

Segundo o CD-ROM ANPEd (1999), a produção discente do período de 1986 a 1998 somou 7.568 estudos, sendo 6.449 dissertações e 1.119 teses (às quais podem somar-se quatro teses de livre-docência). Os 222 produtos relacionados ao tema Educação de Jovens e Adultos neste período representariam, diante deste parâmetro, 3% da produção discente nacional, sendo 1,8% das teses de doutoramento e 3,1% das dissertações de mestrado.

Estudos mais detalhados da produção discente nacional foram realizados por Warde (1993) para o período 1982-1991, permitindo uma comparação parcial com nossa série histórica.

Em média, a produção acadêmica discente nas temáticas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos apurada em nosso estudo representa 4,12% da produção nacional total no período 1986-1991, mantendo aproximadamente esta mesma proporção para teses e dissertações (Tabela 2). Esse resultado é consistente com o balanço realizado por Warde para o período 1982-1991, segundo o qual a soma dos temas Educação Popular (englobando Educação de Jovens e Adultos, Ensino Supletivo, Ensino Noturno e Educação Comunitária) e Educação e Trabalho (conceituado de modo mais abrangente que em nosso estudo) responderam por 6,12% da produção total nacional no período (Cf. Warde, 1993, Tabelas 18.1 e 18.5).

Tabela 2 – Produção acadêmica em Educação de Jovens e Adultos – 1986-1991

ANOS	PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO			PRODUÇÃO ACADÊMICA DISCENTE EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
	A DIS.	B TESE	C TOTAL	D DIS.	D/A %	E TESE	E/B %	F TOTAL	F/C %
1986	211	16	227	7	3,32	1	6,25	8	3,52
1987	243	26	269	18	7,41	0	0,00	18	6,69
1988	338	31	369	13	3,85	0	0,00	13	3,52
1989	393	58	451	13	3,31	2	3,45	15	3,33
1990	415	40	455	19	4,58	0	0,00	19	4,18
1991	404	57	461	17	4,21	2	3,51	19	4,12
TOTAL	2.004	228	2.232	87	4,34	5	2,20	92	4,12

* Fonte: CD-ROM ANPEd. São Paulo: ANPEd, Ação Educativa, 1996.

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DISCENTE

A produção acadêmica em Educação de Jovens e Adultos e temas correlatos – expressa em número de teses e dissertações defendidas apenas para o período 1986-1998 – está concentrada no centro-sul do País, particularmente na Região Sudeste, com destaque para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que, juntos, respondem por 59% do total nacional, conforme a Tabela 3.

O Estado de São Paulo responde isoladamente por 41,44% da produção acadêmica nacional em Educação de Jovens e Adultos. As universidades localizadas na capital paulista (USP e PUC-SP) produziram 58,57% das teses e dissertações defendidas no estado, enquanto que as universidades localizadas no interior (Unicamp, UFSCar, Unimep e Unesp) foram responsáveis por 41,43% da produção estadual.

Comparando-se a produção discente relativa ao tema no período 1986-1998 com a produção nacional total levantada no CD-ROM ANPEd no mesmo período, observa-se uma vantagem em favor da Região Nordeste, devido à contribuição do Estado da Paraíba, bem como uma desvantagem para a Região Sudeste, devido ao pouco interesse de algumas instituições do Estado de São Paulo pela temática em questão.

A DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Das 34 instituições universitárias que constam do CD-ROM ANPEd como produtoras de dissertações e teses na área de Educação, 79,4% são públicas e 20,6%, privadas. Das instituições públicas, cerca de 81,5% são mantidas pelo governo federal e aproximadamente 18,5%, por governos estaduais.

Tabela 3 – Distribuição geográfica da produção acadêmica discente, por Região e UF

REGIÕES/ ESTADOS	A – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1986-1998					B – EDUCAÇÃO 1986-1998*		
	DIS.	TESE	TOTAL	% REGIÃO	A % TOTAL	TESES E DIS.	B % TOTAL	A – B
Norte	0	0	0	0,00	0,00	42	0,55	-0,55
AM	0	0	0	0,00	0,00	33	0,44	-0,44
PA	0	0	0	0,00	0,00	9	0,12	-0,12
Nordeste	37	0	37	100,00	16,67	699	9,24	+7,43
BA	5	0	5	13,51	2,25	162	2,14	+0,11
CE	8	0	8	21,62	3,60	177	2,34	+1,26
MA	0	0	0	0,00	0,00	12	0,16	-0,16
PB	16	0	16	43,24	7,21	115	1,52	+5,69
PE	6	0	6	16,22	2,70	80	1,06	+1,64
PI	0	0	0	0,00	0,00	34	0,45	-0,45
RN	1	0	1	2,70	0,45	91	1,20	-0,75
SE	1	0	1	2,70	0,45	28	0,37	+0,08
Centro Oeste	9	0	9	100,00	4,05	453	5,99	-1,94
DF	4	0	4	44,44	1,80	149	1,97	-0,17
GO	2	0	2	22,22	0,90	98	1,29	-0,39
MT	1	0	1	11,11	0,45	132	1,74	-1,29
MS	2	0	2	22,22	0,90	74	0,98	-0,08
Sudeste	128	17	145	100,00	65,31	5196	68,66	-3,35
ES	4	0	4	2,76	1,80	124	1,64	+0,16
MG	10	0	10	6,90	4,50	305	4,03	+0,47
RJ	36	3	39	26,90	17,57	1366	18,05	-0,48
SP	78	14	92	63,45	41,44	3401	44,94	-3,50
Sul	28	3	31	100,00	13,96	1178	15,56	-1,60
PR	2	0	2	6,45	0,90	213	2,81	-1,91
RS	25	3	28	90,32	12,61	840	11,10	+1,51
SC	1	0	1	3,23	0,45	125	1,65	-1,20
TOTAL	202	20	222	--	100,00	7568	100,00	0,00

* Dados coletados do CD-ROM ANPEd, 3. ed. São Paulo: ANPEd: Ação Educativa, 1999.

As instituições públicas federais e estaduais responderam por quase 71% da produção acadêmica relativa à Educação de Jovens e Adultos e temas correlatos no período, enquanto as instituições privadas produziram pouco mais de 29% das teses e dissertações acadêmicas. É importante salientar que esses valores não podem ser interpretados em termos de alta produtividade da rede pública e baixa produtividade da rede particular, uma vez que esses dois conjuntos não possuem um número proporcional de instituições. Dado que 79,41% da amostra são compostos por instituições públicas e 20,59% por instituições particulares, é possível inferir que a rede pública apresenta uma maior produção de trabalhos, porém ela não é, obrigatoriamente, a mais produtiva na área temática aqui abordada.

OS PRINCIPAIS CENTROS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

Considerada a totalidade das 222 teses e dissertações aprovadas no período 1986-1998, foi possível organizar um *ranking* da produtividade acadêmica (mensurada em termos estritamente quantitativos) relativo ao tema Educação de Jovens e Adultos. O *ranking* confere destaque a dois tipos de instituições universitárias: aquelas de grande porte, que já acumularam larga experiência científica nos diversos campos de conhecimento, e aquelas que possuem áreas de concentração, linhas de pesquisa ou cursos de especialização no campo da Educação de Jovens e Adultos e temas correlatos. Na primeira categoria, merecem ser destacadas a PUC-SP, a USP, a Unicamp, a UFRJ e a PUC-RJ; na segunda categoria, merecem destaque a UFPB, o IESA/FGV, a PUC-RS e a UFCE.

Três instituições universitárias – a UFRGS, a UFMG e a UFSCar – combinam a característica de centros com tradição em pesquisa educacional, ao mesmo tempo em que sustentam linhas de pesquisa e projetos de extensão universitária com temáticas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa consistiu na identificação, dentro do levantamento realizado, das dissertações de mestrado e teses de doutorado em Educação de Jovens e Adultos. A identificação dos trabalhos pertinentes ao campo foi realizada mediante a pesquisa com base nas palavras-chave e conteúdos dos resumos das obras, elaborados pelos próprios autores. Identificados os trabalhos pertinentes ao estado do conhecimento, a equipe do Serviço de Informação e Documentação de Ação Educativa (SID) empenhou-se na recuperação de cópias dos volumes das obras junto aos programas de pós-graduação, mediante intensa comunicação a distância e emprego do sistema de comutação bibliográfica.

À medida que os volumes iam sendo incorporados ao acervo do SID, tinha início o processamento das obras – realizado pelos auxiliares de pesquisa e sob a supervisão dos documentalistas. Preliminarmente, as dissertações e teses eram indexadas na base de dados bibliográficos, com as referências bibliográficas, palavras-chave e resumos indicativos do conteúdo (Cf. modelo no Anexo 1); posteriormente, eram processadas em maior profundidade pelas bolsistas de iniciação e/ou aperfeiçoamento científico, que, sob a orientação do coordenador e dos pesquisadores, preenchiam uma ficha complementar de análise do conteúdo das obras, compreendendo a identificação do objetivo, do problema de pesquisa, da abordagem teórica, tipo e metodologia da pesquisa e suas conclusões, terminando com uma apreciação crítica do leitor (Cf. modelo no Anexo 2).

Concluída essa etapa, as fichas de indexação e análise elaboradas pelos auxiliares passaram às mãos dos pesquisadores, que, com elas, produziram estatísticas e elaboraram mais de uma possibilidade de classificação dos estudos em campos subtemáticos. A análise mais detida das

obras revelou que algumas delas não eram pertinentes aos recortes temporal e temático do estado do conhecimento, conduzindo a equipe a excluir da pesquisa alguns textos, reduzindo o total de documentos a serem analisados para 183, distribuídos em temas e respectivos subtemas, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Temas e subtemas

TEMAS/ SUBTEMAS	TÍTULOS	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL
TEMA I	O PROFESSOR	28	4	32
Subtema I.1	Relações professor/aluno e visões sobre EJA	11	1	12
Subtema I.2	Professor: sua prática e sua formação	17	3	20
TEMA II	O ALUNO	45	3	48
Subtema II.1	Perfil dos alunos	17	3	20
Subtema II.2	Visão do aluno	28		28
TEMA III	CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	35	4	39
Subtema III.1	Fundamentos teóricos	6	-	6
Subtema III.2	Propostas e práticas pedagógicas	10	-	10
Subtema III.3	Processos de Ens.-Aprendizagem dos Cont. Curriculares	19	4	23
	Leitura e escrita	11	1	12
	Matemática	4	3	7
	Outras áreas	4	-	4
TEMA IV	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA	35	5	40
Subtema IV.1	História da EJA	5	1	6
Subtema IV.2	Políticas públicas recentes de EJA	5	4	9
Subtema IV.3	Alfabetização	5	-	5
Subtema IV.4	Centros de estudos supletivos (CES)	8	-	8
Subtema IV.5	Ensino regular noturno	6	-	6
Subtema IV.6	Políticas municipais e educação popular	6	-	6
TEMA V	EDUCAÇÃO POPULAR	23	1	24
Subtema V.1	Participação dos movimentos sociais em EJA	9	-	9
Subtema V.2	Educação para a cidadania	11	1	12
Subtema V.3	Educação popular na Primeira República	3	-	3
TOTAL		166	17	183

Cada pesquisador assumiu a responsabilidade de analisar um dos subtemas, redigindo um *paper* que caracteriza o campo empírico compreendido pelos estudos, verificando as abordagens teóricas e metodológicas dominantes, bem como sistematizando as principais conclusões. O pesquisador responsável se encarregou das orientações necessárias a uma estrutura comum, reviu os originais e produziu a síntese final. Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, orientações individuais e seminários conjuntos foram realizados. Esses textos vêm na seqüência desta primeira parte.

ALGUMAS CONCLUSÕES PRODUZIDAS PELO LEVANTAMENTO

1. Num período relativamente longo, de 12 anos, encontramos apenas três estudos de natureza teórico-filosófica que abordaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde um marco conceitual mais amplo (Silva Filho, Trein, Silva). O interessante é que cada um deles caminha em uma direção diversa (andragogia, educação popular, análise crítica da educação permanente). Ainda que a eles somemos outros estudos sobre fundamentos teórico da EJA que discutem

criticamente o pensamento freireano (Cruz, Bortolozzo) ou que procuram integrar a pedagogia de Freire a outras correntes teóricas (Faria, Moura), verificamos que a produção acadêmica de corte filosófico ou epistemológico é muito reduzida. Isso pode ser interpretado como sintoma de um campo de conhecimento ainda em constituição, mas reflete, também, o baixo grau de interlocução com as produções de conhecimento latino-americana e internacional, que são mais fecundas nos campos teórico e conceitual.

2. As abordagens teóricas dominantes nos estudos situam-se nos campos da Sociologia, da Política e da Filosofia da Educação, disciplinas que, juntas, oferecem os fundamentos para mais da metade das teses e dissertações apuradas. Uma quarta parte dos estudos desenvolvem-se nos terrenos teórico-práticos da Pedagogia (aí incluída a Didática) e da Psicologia da Educação.

3. Os trabalhos, na maioria, são estudos de caso, relatos analíticos ou sistematizações de experiências/práticas/projetos de escopo reduzido, referidos a uma ou poucas unidades escolares ou salas de aula ou, quando muito, a um programa de âmbito municipal ou estadual. Pela própria natureza desses objetos de estudo, prevalecem pesquisas de tipo qualitativo, que recorrem a métodos etnográficos. São estudos cujas conclusões têm baixo grau de generalização; muitos deles chegam a conclusões contraditórias entre si (devido à diversidade do referencial teórico dos autores), e os dados empíricos são tão pouco expressivos que não nos permitem aferir a validade desta ou daquela conclusão. Esse limite faz com que o estado do conhecimento não indique conclusões claramente convergentes ou consistentes.

4. A localização dos centros de pós-graduação acaba por atrair pesquisadores da própria região, influenciando na escolha dos objetos de estudo. Assim, preponderam as pesquisas sobre práticas de Educação de Jovens e Adultos desenvolvidas naqueles estados em que se localizam as universidades (SP, RJ, RS, MG, PB). Pesquisas que abordam a realidade nacional não representam sequer 10% do total. Esse perfil de estudos reflete as próprias condições em que se realizam as pesquisas de pós-graduação: financiamento escasso, limites de tempo, ausência de projetos integrados, grupos de pesquisa ou de líderes de grupos de pesquisa (no período anterior, localizamos os grupos do Jacques Velloso e de Cláudio Moura Castro, que já não aparecem). Fica evidente que a pesquisa nessa área temática carece de meios adequados para realizar estudos de maior fôlego, como os de avaliação de políticas e programas ou sobre analfabetismo/alfabetismo, por exemplo.

5. Há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir/ampliar os espaços de discussão da EJA nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, sendo fundamental considerar nestes espaços a produção já existente em Educação de Jovens e Adultos.

6. Embora o levantamento tenha procurado compreender estudos relativos à educação formal ou informal, escolar e extra-escolar, contemplando não só os textos que tratam dos processos de escolarização básica (aí incluídos os subtemas da alfabetização, ensino supletivo ou ensino noturno nos níveis fundamental e médio, bem como teleducação), mas o tema conexo da educação popular, há um claro predomínio de estudos que tratam de processos de escolarização, sendo francamente minoritária (inferior a 20% do total) a produção acadêmica relativa a práticas de educação política, sindical ou comunitária. Mesmo quando os agentes são movimentos sociais ou organismos da sociedade civil, as práticas focalizadas são, em sua maioria, de alfabetização ou elevação de escolaridade. Podemos construir três hipóteses com relação a isso: ou as práticas escolares são, de fato, majoritárias em comparação com as demais; ou o predomínio da concepção compensatória da EJA não favoreça a sensibilidade para outras modalidades de formação de adultos; ou os estudos sobre as práticas não-escolares são feitos em outros programas de pós-graduação (Ciências Sociais, Antropologia, Serviço

Social, Ciência Política, etc.) que não os de Educação. No entanto, a presença específica de trabalhos denominados de Educação Popular vem reforçar a intersecção destas temáticas. Mesmo a EJA estando cada vez mais próxima das instituições oficiais de ensino e das reflexões sobre escolarização, isto não a isola ou não parece poder isolá-la do debate mais amplo que ainda permanece vivo nos movimentos populares sobre a necessidade de se pensar numa educação que ultrapasse os objetivos utilitaristas de certificação e abra-se para uma perspectiva de conquista de direitos.

7. A ampla maioria dos estudos refere-se a práticas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, promovidas por organismos civis ou pelo setor público, no ensino supletivo ou regular noturno, nos níveis fundamental ou médio. Somados os trabalhos que agrupamos nos temas *Concepções e Práticas Pedagógicas, Aluno e Professor*, teremos mais da metade (aproximadamente 55%) dos estudos analisados. Se comparado ao estado da arte anterior, houve uma inversão, pois naquele caso prevaleceram os estudos sobre história, políticas, estrutura e funcionamento dos cursos, exames e teleducação, enquanto que neste período prevalecem as pesquisas sobre agentes, concepções, práticas e metodologias do ensino.

- Esse adensamento quantitativo, porém, ainda não produziu resultados consistentes com relação à formulação de proposta para o desenvolvimento curricular ou de metodologias de ensino adequadas e eficazes.
- Embora ainda prevaleça um olhar homogeneizador dos educandos, vistos genericamente como “alunos” ou “trabalhadores”, começam a aparecer estudos que tratam da construção de identidades singulares (geracionais, de gênero, étnicas, culturais) ou que abordam a dimensão da subjetividade dos educandos.
- Neste conjunto, o subtema do ensino noturno (regular e, muitas vezes, de nível médio) é um dos mais recorrentemente abordados no período, quase sempre como problema e associado ao fracasso/reprovação e à evasão escolar. Frequentemente o ensino noturno é pesquisado em conexão com a relação educação e trabalho, pois o seu alunado é identificado com a categoria “trabalhador”.

8. No que concerne às concepções de EJA, o pensamento freireano continua a ser a referência a partir da qual os pesquisadores aderem, tecem críticas ou incorporam novos aportes (seja Celestin Freinet, Emília Ferreiro, Lev Vygotsky ou Luria). A matriz da alfabetização conscientizadora/educação transformadora de Freire é o ponto de partida de uma série de experiências curriculares, metodológicas ou organizacionais. Sobre a matriz freireana, falta um balanço geral da sua influência na EJA, nos moldes deste estado do conhecimento. Nas questões relativas aos aportes teóricos das pesquisas em EJA, percebe-se ainda uma grande dispersão entre os autores utilizados, havendo alguma unidade nas referências históricas da EJA (Celso Rui Beisiegel, Vanilda Paiva e Sergio Haddad). As demais reflexões encontram-se dispersas em diversas referências.

9. Os estudos revelam também o pouco conhecimento (constatado nas indicações bibliográficas) do que já foi produzido sobre diversas temáticas a eles relacionadas. Muitos trabalhos poderão estar sendo enriquecidos quando puderem avançar ou contestar temas já abordados em outros trabalhos, com a divulgação dos dados levantados pelo estado do conhecimento. Neste sentido, seria interessante um trabalho que pudesse avaliar o quanto da produção discente foi publicado, ampliando o acesso para outros pesquisadores.

10. No que se refere às propostas e práticas pedagógicas, uma parcela importante dos estudos dedica-se à aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática, problematizando, de

um lado, as relações entre alfabetização e práticas sociais letradas (incluindo o debate sobre os conhecimentos prévios de jovens e adultos sobre o sistema de escrita e o cálculo e sua assimilação aos processos de aprendizagem da linguagem e da matemática escolar) e, de outro, as relações entre alfabetismo, desenvolvimento e competências cognitivas.

11. Aproximadamente 20% dos estudos abordam temas relativos às *Políticas Públicas de EJA* (compreendendo os subtemas História da EJA, Políticas Públicas Recentes, Alfabetização, Centros de Estudos Supletivos, Ensino Regular Noturno e Políticas Municipais e Educação Popular).

- No período pesquisado continuaram a ser produzidos estudos relativos às campanhas dos anos 50 ou aos movimentos de educação e cultura popular dos anos 60 – especialmente o MEB – que dialogam com a literatura pré-existente sobre os temas (Paiva, Beisiegel, Wanderley, Fávero).
- Os estudos que abordam as políticas públicas do período do regime militar (Mobral e o Ensino Supletivo) ou aquelas mais recentes discutem majoritariamente a função cumprida pela EJA, ora vista, à luz das teorias da reprodução, como instrumento de reiteração das desigualdades sociais, ora vista, à luz do pensamento gramsciano, como elemento contraditório de democratização de oportunidades e reconhecimento de direitos à educação.
- Evasão e repetência são fenômenos generalizados, explicados, segundo os autores, pela inadequação das condições de estudo e dos modelos pedagógicos às necessidades educativas dos trabalhadores.
- As pesquisas analisadas ainda não revelam um vínculo de proximidade entre universidades e redes públicas de ensino; as poucas experiências existentes são de trabalhos da universidade dentro dela mesma. Espera-se para os próximos anos, em função do Programa Alfabetização Solidária (PAS) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), um maior número de pesquisas que revelem esta relação das universidades com as redes de ensino e a contribuição destas para a EJA.
- Ninguém estuda o tema do financiamento da EJA; não há um só estudo que o aborde durante o período.
- Embora a teleducação (em especial, o Telecurso 2000) tenha se expandido enormemente nesta década, há pouquíssimos estudos sobre o tema.
- Os exames supletivos, que haviam sido objeto de um conjunto articulado e consistente de estudos liderados por Velloso e Castro, desaparecem como objeto de estudo; sobre eles, há apenas uma tese, a de Amaral, de 1987.

12. Entre as modalidades que ensejam uma produção crescente, destacam-se os Centros de Estudos Supletivos: foram identificados nove estudos, sendo três sobre professores ou alunos (Lassalvia, 1992, sobre São Paulo; Miyahara, 1992, sobre Ribeirão Preto; Silva, 1987, sobre Vitória) e seis sobre políticas (Alves, 1991; Broggio, 1998; Feigel, 1991; Mattos, 1992; Torres, 1997; Pinheiro, 1988). As conclusões não são convergentes: há estudos que aderem aos pressupostos pedagógicos dos CES e os avaliam positivamente, enquanto que outros autores criticam os pressupostos e os avaliam negativamente.

13. Entre os temas emergentes (que quase não estavam presentes no estado da arte anterior e agora aparecem), pode-se mencionar a EJA no meio rural (quatro estudos: Talavera, 1994; Castro, 1990; Fagundes, 1990; Carneiro, 1986), educação de presos (dois estudos: Farias, sobre Santa Maria; Leite, sobre Marília) e escolarização de trabalhadores da construção civil (dois estudos: Rabelo, 1997; Durante, 1996).

14. Estudos relativos às políticas recentes informadas pelo ideário da Educação Popular, particularmente os Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos (Movas), apontam a participação popular em co-gestão com os órgãos estatais como indício de maior permeabilidade do poder local (Di Pierro) ou resultante da vontade política diferenciada das orientações pedagógicas de partidos políticos e de seus aliados em governos democráticos (Machado, Camargo, Souza). O reconhecimento da vontade política como promotora de inovações na educação de jovens e adultos remete-nos às concepções ideológicas e metodológicas componentes do acervo referente à Educação Popular; nela, a ação educacional de qualidade passa pela ação educativa transformadora, adequada às necessidades da população atendida, concebida como de essencial importância para o avanço da democratização das oportunidades educacionais e da vida societária como um todo (Di Pierro, Sá, Camargo, Machado, Souza, Grangeiro). Assim, estabelecem-se relações entre o fazer pedagógico e o fazer político, desnudando-se os múltiplos vínculos entre a educação e a organização do poder na sociedade e no âmbito dos aparatos do Estado (Di Pierro e Machado). As pesquisas aqui investigadas indicam a superação da concepção compensatória da educação de jovens e adultos e das possibilidades de uma Educação Popular no âmbito do Estado que nos remete a considerar sobre a novidade pós-regime autoritário de uma educação realizada entre parceiros – Estado e sociedade civil.

15. Em algumas das pesquisas analisadas, aparece o destaque para a emergência de mulheres e jovens, nos últimos anos, em EJA. Este nos parece ser um fenômeno importante cujo estudo precisa ser mais aprofundado, principalmente no que se refere às suas relações com os resultados do ensino fundamental e médio do turno diurno, bem como com as mudanças no mundo do trabalho e no cotidiano das famílias, principalmente no meio urbano.

16. O conjunto das pesquisas que concentram suas discussões na relação escola/trabalho sob a ótica dos alunos revela muitas contradições sobre o papel da educação no mundo do trabalho. Este fato parece indicar a necessidade de aprofundamento maior dos princípios que norteiam ambas as práticas sociais – a educação e o trabalho –, a fim de compreender a intersecção necessária de ambas nesta modalidade de ensino. Isto nos remete a uma aproximação maior entre EJA e as pesquisas sobre o ensino médio e profissionalizante que vêm sendo realizadas no Brasil.

17. As pesquisas sobre a temática do professor de EJA reafirmam a existência ainda hoje de um preconceito sobre esse campo de trabalho, considerado como de segunda linha. Esse estigma estaria presente entre professores, corpo técnico das escolas e secretarias de educação e até mesmo entre os próprios alunos. Este é um desafio que precisa ser enfrentado em qualquer proposta de EJA, sobretudo reconhecendo o direito à especificidade própria desta modalidade de ensino. Onde isto tem ocorrido, as experiências são exitosas e vêm buscando sistematizar os ganhos evidenciados numa modalidade que vai se distanciando pouco a pouco do modelo padrão da escola diurna, ao mesmo tempo em que aponta para referências próprias em relação ao horário de funcionamento das aulas, aos programas desenvolvidos nos diferentes níveis, às metodologias utilizadas no processo de aprendizagem e avaliação de alunos e professores, etc.

- Recomenda-se que a formação continuada de professores deva ser feita numa estreita relação com a prática cotidiana, com acompanhamento sistemático ao professor, para que se possa garantir algum retorno desta ação ao trabalho efetivo em sala de aula. Os “treinamentos” esporádicos, os cursos aligeirados e os programas de

alfabetização sem continuidade garantida são avaliados nas pesquisas como instrumentos de desserviço à EJA, pois criam expectativas que não serão correspondidas, frustram alunos e professores e reforçam a concepção negativa de que não há o que fazer nesta modalidade de ensino.

- As pesquisas comprovam a aproximação das realidades vivenciadas por professores que atuam no ensino regular noturno com as do supletivo, as das classes de alfabetização e de outras experiências em EJA. Ao mesmo tempo, estas pesquisas reforçam a premissa de que o professor do noturno precisa encarar as especificidades deste turno, defendendo-as e buscando se qualificar como um profissional que atua numa modalidade diferenciada. O ensino noturno precisa deixar de ser “um bico”. Esta mesma observação cabe aos coordenadores pedagógicos e aos técnicos das secretarias, pois, como vimos em algumas pesquisas, estes agentes são importantíssimos na consolidação de projetos diferenciados dentro da escola, precisando, então, de formação adequada.
- Outro aspecto que aparece em destaque nas visões de alunos e professores é a necessidade de aproximar a escolarização da realidade concreta do mundo do trabalho, não no sentido de antecipar propostas profissionalizantes, mas no de contemplar no currículo o cotidiano das práticas de trabalho e emprego a que é submetida à maioria dos alunos que freqüentam classes de EJA.

18. As conclusões apresentadas nas pesquisas relativas ao aluno reafirmam um dilema que a Educação de Jovens e Adultos carrega consigo: o de pretender dar garantias de um direito que foi negado a seus alunos – a escolarização básica –, mas, ao mesmo tempo, levantar neles uma grande expectativa quanto às mudanças que esperam no seu cotidiano, principalmente na sua realidade profissional, quando isto não depende apenas da escola. Há ganhos para quem está vivenciando a experiência de voltar para a escola depois de adulto, mas há também decepções por esta escola não corresponder a tudo o que se espera dela.

- Em relação à escola, os estudantes a consideram importante para que ascendam social e economicamente, entretanto deixam transparecer um certo desencanto quando se expressam sobre o cotidiano escolar. Atribuem à escola o papel de transmitir o conhecimento e, ao defini-la, não conseguem ultrapassar os princípios que hoje a orientam (Escarião, 1996; Portaluppi, 1996).
- Nos estudos sobre a representação que o aluno faz da escola, ela vai se transformando com o passar do tempo (Souza, 1994). Nessa trajetória, passam primeiro por um momento de expectativa antes do ingresso na escola, depois, por um momento de decepção, de desânimo, culminando com a desistência. No entanto, o valor que os alunos dão a escola não decresce (vai se fortalecendo no período em que ficam fora dela). Permanece em alguns alunos a avaliação de que a escola do período diurno é sempre melhor do que a escola do noturno (Galindo, 1995).
- Os altos índices de evasão e repetência observados na pesquisa reafirmam a escola como obstáculo para o aluno trabalhador. Ao mesmo tempo, este aluno vê a escola como uma oportunidade de conquistar o direito à cidadania e de inserir-se no mercado de trabalho formal (Oliveira, 1991). São ainda destacados entre as dificuldades enfrentadas o autoritarismo dos professores (Souza, 1993) e o medo do fracasso e do isolamento dos alunos em relação aos colegas na escola (Giglio, 1998).

Anexo 1

INDEXAÇÃO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS

007864 DATA DE ENTRADA: 24/04/00

TIPO DE MATERIAL: DISSERTAÇÃO

ACERVO(S): Ação Educativa

CÓDIGO: 05.04.02.01

Que

mot

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de. *Motivações para a alfabetização entre jovens e adultos*: estudo de caso em três experiências de alfabetização no Distrito Federal. Brasília, 1993. 257 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília.

ORIENTADOR: BELLONI, Isaura.

AUTOR(ES) SECUNDÁRIO(S): UnB

RESUMO:

Desenvolve, a partir da ótica dos alfabetizados, as motivações que levaram jovens e adultos a ingressar e permanecer nos programas de alfabetização do Distrito Federal. A referida pesquisa foi realizada com alfabetizados inseridos em três experiências: alfabetização do Paranoá, organizado e gerido pela própria comunidade; alfabetização do Seconci, organizado e realizado pelo Serviço Social da Indústria da Construção Civil, com os trabalhadores da construção civil nos canteiros de obras do Distrito Federal, ambas organizadas numa perspectiva de educação popular; programa de ensino supletivo da FEDF (Fundação Educacional do Distrito Federal), realizado com verbas públicas de educação e atendendo a perspectiva educacional de adultos. Com esse programa, trabalhou-se com jovens e adultos de uma classe de Ceilândia-DF. Concluiu-se que as motivações para a alfabetização entre jovens e adultos entrevistados são, entre outras, a manutenção do emprego e a melhor integração social na cidade.

IDIOMA: PORTUGUÊS

REGIÃO: DF

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; MOTIVAÇÃO; ENSINO SUPLETIVO; EDUCAÇÃO POPULAR.

Anexo 2

ANÁLISE DE CONTEÚDO

TIPO DE MATERIAL: DISSERTAÇÃO

ACERVO(S): Ação Educativa

CÓDIGO: 05.04.02.01

Que

mot

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de. *Motivações para a alfabetização entre jovens e adultos: estudo de caso em três experiências de alfabetização no Distrito Federal*. Brasília, 1993. 257 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília.

ORIENTADOR: BELLONI, Isaura.

AUTOR(ES) SECUNDÁRIO(S): UnB

RESUMO:

Desenvolve, a partir da ótica dos alfabetizados, as motivações que levaram jovens e adultos a ingressar e permanecer nos programas de alfabetização do Distrito Federal. A referida pesquisa foi realizada com alfabetizados inseridos em três experiências: alfabetização do Paranoá, organizado e gerido pela própria comunidade; alfabetização do Seconci, organizado e realizado pelo Serviço Social da Indústria da Construção Civil, com os trabalhadores da construção civil nos canteiros de obras do Distrito Federal, ambas organizadas numa perspectiva de educação popular; programa de ensino supletivo da FEDF (Fundação Educacional do Distrito Federal), realizado com verbas públicas de educação e atendendo a perspectiva educacional de adultos. Com esse programa, trabalhou-se com jovens e adultos de uma classe de Ceilândia-DF. Concluiu-se que as motivações para a alfabetização entre jovens e adultos entrevistados são, entre outras, a manutenção do emprego e a melhor integração social na cidade.

IDIOMA: PORTUGUÊS

REGIÃO: DF

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; MOTIVAÇÃO; ENSINO SUPLETIVO; EDUCAÇÃO POPULAR.

OBJETIVOS/COLOCAÇÃO DO PROBLEMA:

Analisar e compreender as motivações que levam jovens e adultos a ingressar e a permanecer nas experiências de alfabetização e suas inter-relações com o contexto socioeconômico, político e cultural do Distrito Federal, a partir da ótica dos alfabetizados inseridos em três experiências de alfabetização. Busca contribuir para ampliar a reflexão sobre o significado e o alcance da alfabetização de

jovens e adultos, visando possibilitar ações educativas mais compatíveis com os interesses dessa parcela da população.

HIPÓTESES:

Esta compreensão acerca dos fatores ligados à permanência dos indivíduos nos programas de educação dos adultos deve permitir adotar estratégias para reduzir as altas taxas de evasão que vêm caracterizando essas atividades.

TEXTO (Referencial teórico):

O referencial deste estudo divide-se em duas partes. A primeira discute a concepção dialética da educação, a partir de conceitos básicos elaborados por Antonio Gramsci. Na segunda parte encontram-se arrolados alguns estudos sobre a motivação para a alfabetização, visando compreender a valorização atribuída à educação, mais especificamente, das classes populares. Foram usados como referência, entre outros, Sylvia Schmelkes, M. I. Infante e M. Gajardo.

TEXTO (Metodologia da pesquisa):

Estudo de caso de caráter exploratório que se desenvolve com base na análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas, das observações diretas em sala de aula e da análise de documentos. Como autores de referência, podem ser citados: Michel Thiollent e Spradley.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que detectar os reais interesses dos alfabetizandos parece constituir a noção chave para instituições públicas e entidades não-governamentais elaborarem propostas de alfabetização de jovens e adultos mais adequadas à realidade dessa parcela da população. A análise desenvolvida indica que as motivações para alfabetização predominantes nesse grupo são aquelas que visam a uma melhor integração ao contexto social dominante. Por isso, a maioria desses sujeitos ingressa e permanece nas experiências de alfabetização com expectativas de melhorar suas condições de vida e de trabalho. Considerar as motivações para a alfabetização de jovens e adultos na elaboração de programas e propostas educativas parece contribuir para a redução da evasão entre essa parcela da população.

RECOMENDAÇÕES:

Alguns passos podem ser indicados: considerar os reais interesses dos alfabetizandos; explorar os diversos tipos de motivações, através da mídia, escolas (crianças aos pais), entidades comunitárias. Considerar os aspectos pedagógicos: número de horas-aula respeitando a capacidade de assimilação dos alunos; turmas pequenas para que o professor possa dar maior atenção; construir materiais didáticos adequados à realidade desses jovens e adultos.

LEITOR: PN